

"Ensino do jornalismo investigativo: reflexões pedagógicas e metodológicas"
Teaching investigative journalism: pedagogical and methodological reflections

(*) Samuel Lima¹

RESUMO

O presente artigo parte do seguinte problema de pesquisa: quais os caminhos pedagógicos para o ensino do jornalismo investigativo contemporâneo, no âmbito dos cursos de jornalismo no país? Depois de algumas experiências, entre 2011 e 2013, retomo, em 2017, o trabalho com a disciplina "Jornalismo Investigativo" (72h/aula), no curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). O objetivo geral do artigo é refletir sobre o ensino de técnicas e teorias do jornalismo investigativo.

Palavras-chave: Jornalismo investigativo; ensino; metodologia da reportagem.

ABSTRACT

This article have been borne by the following research problem: what are the current pedagogical paths available in the teaching of investigative journalism, considering the scope of journalism courses from all over Brazil?

After previous experiences, from 2011 to 2013, I resume, in 2017, the teaching of the "Investigative Journalism" (72 hour/term) subject at UFSC university's Journalism Course.

The general goal of this article is to reflect about the teaching of techniques and theories about investigative journalism.

Keywords: Investigative Journalism; teaching; news methodology

¹ Jornalista e professor do Departamento de Jornalismo da UFSC e do Programa de Pós-Graduação em Jornalismo. É pesquisador do Observatório da Ética Jornalística (objETHOS/UFSC).
Facebook: <https://www.facebook.com/samucalima>
Twitter: @samucalima

1. Introdução

Seria o jornalismo investigativo mero pleonasma ou redundância deletéria? A pergunta se repete no meio profissional, com relativa frequência, em rodas de conversa e eventos sobre jornalismo, como no Seminário de Imprensa (“O novo jornalismo em debate”), realizado pelo Banco do Brasil, em novembro de 2016, em Brasília.

Reunidos em torno do tema “Novo modelo de negócios na Imprensa: ameaça ou oportunidade para a investigação jornalística?”, figuras do primeiro time do jornalismo brasileiro como Sérgio Léo (Diretor de Políticas de Imagem e Comunicação da Federação Brasileira de Bancos, Febraban), Alberto Dines (fundador do Observatório da Imprensa) e Júnia Nogueira de Sá (Diretora Executiva da FleishmanHillard Brasil, ex-ombudsman da Folha de S. Paulo) criticavam essa categoria, citando a famosa frase de Gabriel García Márquez, devidamente retirada do contexto, segundo a qual todo jornalismo é investigativo. No contraponto, o premiado e reconhecido repórter investigativo Mauri König (vencedor dos prêmios Esso, Embratel e Vladimir Herzog, hoje docente em Curitiba/PR) afirmando que se tratava de uma modalidade de produção jornalística totalmente diversa da cobertura factual.

O jornalista Alberto Dines, em edição do programa Observatório da Imprensa na TV, que foi ao ar em outubro de 2013, especial sobre jornalismo investigativo, já trabalhava com a ideia da suposta “polêmica redundância” – a de que todo jornalismo deveria ser investigativo. Naquela ocasião, uma das entrevistadas foi a reconhecida jornalista Elvira Lobato (Folha de S. Paulo) que declarou sem meias palavras:

O jornalismo investigativo não se confunde com a reportagem bem apurada, mas uma reportagem dos demais assuntos. O que diferencia a investigação jornalística é que ela vai trazer à tona os fatos que incomodam, que são de interesse público, fatos que estavam escondidos. Isso é o que vai diferenciar de uma boa reportagem de Cotidiano, de Política. E para fazer esse jornalismo investigativo é preciso de um profissional com algumas características bem específicas. Não se aprende na escola a fazer jornalismo investigativo. Eu acho até que o repórter precisa ter um dom, inconformismo, uma curiosidade que não vai estar nos demais, ele vai desconfiar de alguma coisa que parece normal e não é normal. Então é um profissional muito específico que você percebe até pelo comportamento dele: em geral não é uma estrela, é mais arredo (OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA, 2013 – grifo nosso).

Partimos, em movimento oposto ao raciocínio de Lobato, de um pressuposto distinto: o jornalismo investigativo, como um gênero que produz um conhecimento mais vertical sobre

a realidade do que a reportagem factual ou a chamada grande reportagem, é passível de ser estimulado, apreendido e ensinado no ambiente de formação universitária.

Neste sentido, o objetivo geral deste artigo é refletir sobre o ensino de técnicas e teorias do jornalismo investigativo. Partimos do seguinte questão-problema: quais os caminhos pedagógicos para o ensino do jornalismo investigativo, no âmbito dos cursos de jornalismo no país?

Depois de algumas experiências, entre 2011 e 2013, retomo em 2017, o trabalho pedagógico numa disciplina rotulada “Jornalismo Investigativo” (4 créditos, 72h/aula), oferecida como optativa, no curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), reunindo um grupo de 20 alunos e alunas, de diferentes semestres.

2. Noções de Jornalismo Investigativo

Partimos de uma noção genérica advogada por Nascimento (2010): o jornalismo investigativo existe e se diferencia do jornalismo diário (factual). Para o pesquisador, é preciso reconhecer que a maioria das reportagens publicadas pela imprensa não é investigativa (no limite, contemplam um grau muito preliminar de investigação), mas ainda assim são jornalísticas, e encerram determinado grau de relevância pública e social.

O autor se nos oferece um exemplo hipotético: um ministro da Agricultura concede, às 18h, uma coletiva e diz qual a previsão para a próxima safra de grãos. Um repórter de um grande jornal deixa a coletiva às pressas, às 18h30, e corre para seu computador; seu deadline para a edição nacional é 19h. A matéria é investigativa? É jornalismo? Não se trata de uma reportagem investigativa, mas de uma notícia que é o gênero jornalístico predominante nos veículos da indústria da informação, largamente consumido pelo público porque dialoga com a ancestral necessidade social da informação (NASCIMENTO, 2010).

Referenciando-se em mais de uma dezena de pesquisadores, Nascimento (2010) compõe um bom panorama das noções mais gerais de jornalismo investigativo. Silvio Waisbord (apud NASCIMENTO, 2010, p. 14) vai dizer que é um “tipo de jornalismo marcado pela denúncia de irregularidades envolvendo pessoas do governo e outras autoridades (‘cão de guarda’)”. Para Bob Greene, é “aquele que produz a descoberta de alguma coisa e resulta do esforço e iniciativa dos/as repórteres” (Idem, ibidem).

Citando a organização estadunidense Investigative Reporters and Editors (IRE), o autor detalha um pouco mais a visão advogada pela I.R.E.: (a) A investigação deve ser trabalho do repórter, não uma reportagem sobre uma investigação feita por outra pessoa; (b) O tema deve ser de relativa importância ao leitor/espectador; (c) Deve ser algo que esteja sendo escondido do público (NASCIMENTO, 2010).

No entanto, é nos pesquisadores estadunidenses Kovach e Rosenstiel (2003) que o pesquisador Solano Nascimento vai buscar uma definição original. Há três tipos de reportagens investigativas: a) reportagem investigativa original; b) reportagem investigativa interpretativa; e, c) reportagem sobre investigações.

No primeiro caso, da reportagem investigativa original, trata-se do modelo clássico de jornalismo investigativo que tem no caso Watergate um exemplo canônico. A reportagem investigativa interpretativa diferencia-se da “Original” porque não trabalha com fatos totalmente desconhecidos, mas com novas ligações e elos até então ocultos; podemos citar como exemplo os casos do The Pentagon Papers e Panamá Papers.

Por último, temos o que Kovach e Rosenstiel (2003) qualificam como reportagem sobre investigações. Para os autores, seriam

reportagens que se dedicam ao acompanhamento de investigações em andamento. De acordo com esse conceito, a reportagem se origina (ou se fundamenta) da descoberta ou do vazamento de informações de uma investigação oficial em andamento ou em processo de preparação por outras fontes, geralmente agências governamentais (KOVACH e ROSENSTIEL, apud NASCIMENTO, 2010, p. 20).

Os autores citam como exemplo o “caso Mônica Lewinsky” (estagiária da Casa Branca envolvida com o ex-presidente Bill Clinton, em 1998). No contexto atual, o exemplo mais robusto é a cobertura da Operação Lava-Jato, deflagrada em março de 2014.

Em síntese, todas essas definições, feitas por jornalistas e pesquisadores, têm um traço em comum: o jornalismo investigativo implica um trabalho ativo de apuração do/a repórter. É por isso que vazamento de informações por autoridades, repasse de descobertas de terceiros, reprodução de algum tipo de revelação obtida por um investigador que não seja o/a jornalista não poderia ser considerada exemplo de reportagem investigativa.

O conceito-chave que Nascimento (2010, p. 22) propõe é simples e preciso: “jornalismo investigativo só existe quando há investigação e quando quem investiga é o próprio jornalista”.

3. Metodologia da Reportagem Investigativa: Reflexões Pedagógicas

Do ponto de vista pedagógico, a ênfase da disciplina reflete os diferentes tipos de técnicas e práticas investigativas, que possam indicar alguns caminhos epistemológicos sobre o nosso objetivo de ensino, qual seja o jornalismo investigativo.

Partimos de dois objetivos gerais: o primeiro é o de refletir e apreender os conceitos básicos que envolvem o jornalismo investigativo; e segundo, a produção de uma reportagem investigativa ao longo do semestre.

Para fundamentar essa mirada pedagógica sobre o jornalismo investigativo, elaboramos um plano de ensino que parte do seguinte conteúdo programático, que articula quatro unidades, a saber:

1ª Unidade - Investigando e contextualizando o conceito: Definições de jornalismo investigativo: conceitos e história; uma categoria jornalística – e sua relação com a pesquisa acadêmica; e, por último a distinção entre jornalismo investigativo x jornalismo sobre investigações. Além de Nascimento (2010), foram mobilizados outros autores para refletirmos sobre a dimensão conceitual do jornalismo investigativo como Arbex (2012), Lopes e Proença (2003) e Alberti (2012). Acrescentem-se ainda as entrevistas em vídeo dos jornalistas investigativos Walter Robinson (The Boston Globe) e Michael Hudson (do Consorcio Internacional de Jornalistas Investigativos, ICIJ).

Refletindo sobre o Caso Koji, uma de suas primeiras reportagens investigativas, que levou à queda, por corrupção, do então presidente da Câmara Municipal de Juiz de Fora (MG), o vereador Vicente de Paula Oliveira, o “Vicentão”, Arbex (2012), conta:

O fato é que investigamos, sim, com qualidade, mas de maneira empírica, sem que percebêssemos que tínhamos desenvolvido, pela experiência, na tentativa e no erro, um método de trabalho eficiente para a descoberta de fatos desconhecidos pela maioria da população (ARBEX, 2012, p. 170).

“Vicentão” montara um esquema para extorquir dinheiro público, usando “laranjas” e a investigação jornalística publicada no jornal Tribuna de Minas contribuiu, decisivamente,

para sua queda no cenário político local. Na visão da autora, a pauta (que surgiu numa conversa com um taxista – “Veja que tem até vereador tem construtora por aqui, a Koji”) seguiu uma espécie de método científico (ARBEX, 2012).

2ª Unidade – Metodologia da reportagem investigativa (metodologia e prática):

Noções gerais sobre a metodologia e prática da reportagem investigativa; novas ferramentas para uma velha prática: noções gerais de RAC e Jornalismo Guiado por dados; um debate sobre o jornalismo investigativo e ética jornalística: limites e balizas; e, por fim, o exame sobre os procedimentos básicos de apuração e produção da reportagem especial.

Quando reflete sobre sua própria prática, Arbex (2012) toca um ponto importante para o ensino do jornalismo investigativo:

A metodologia ajuda a encurtar caminhos, a direcionar o trabalho para torná-lo mais produtivo. Mas o processo de investigação precisa ser completo e isso inclui levantamentos extensos, mesmo que somente parte do material apurado sirva para o embasamento da denúncia (ARBEX, 2012, p. 176-177).

No caso conhecido como “Diários secretos da Assembleia Legislativa do Paraná”, o jornalista James Alberti, Prêmio Esso 2010, revela que a base documental é sempre um ponto de partida imprescindível à investigação jornalística: “Os documentos, nosso ponto de partida, mostraram-se verdadeiros (Caso Beti Pavin) e revelaram que a deputada nomeara, de fato, empresários, uma dentista, uma costureira e a secretária de uma imobiliária da cidade [Colombo, PR], que sequer sabia seu cargo” (ALBERTI, 2012, p. 181).

O gancho viria a partir das reações dos aliados da deputada estadual paranaense Beti Pavin: Por que ela tinha sido escolhida como alvo se quase todos os deputados do Paraná tinham funcionários fantasmas? (ALBERTI, 2012).

O conhecimento empírico de jornalistas como Leandro Fortes e Frederico Vasconcelos, trouxeram mais luz aos caminhos que podem ser percorridos pelos repórteres investigativos, do ponto de vista da reportagem investigativa.

Vasconcelos (2008), descrevendo as notas sobre a reportagem investigativa, aponta 28 recomendações úteis para que os repórteres possam refletir sobre cada pauta, considerando que não há “receita de bolo” e as técnicas e métodos de investigação, em geral, são determinados caso a caso. Há dois pressupostos apontados pelo autor: a rigorosa apuração prévia (antes de sair a campo, o jornalista deve levantar todas as informações possíveis sobre

o fato) e mitigar o risco de publicar reportagens sem provas – cuja base são suposições e/ou indícios de provas de um crime que parecem “óbvias”, mas essa comprovação só viria nos dias seguintes. Todo rigor metodológico na apuração tem, para o autor, um objetivo maior:

Realizar reportagens tão bem apuradas e equilibradas que desestimulem desmentidos, no dia seguinte, ou ações judiciais no futuro. Se, depois desses cuidados todos, ficar comprovado algum tipo de erro, o/a jornalista deve admitir o fato com naturalidade e honestidade e assumir sua responsabilidade (VASCONCELOS, 2008, p. 151).

Por sua vez, Fortes (2005), parte da observação de que o resultado final de uma reportagem, em qualquer veículo, é fruto da apuração de um fato pelo/a repórter a partir de fontes diversas (documentais ou pessoais). O que diferencia o jornalismo investigativo dos demais gêneros, na concepção do autor, são as circunstâncias, normalmente mais complexas, dos fatos, sua extensão noticiosa e o tempo de duração (FORTES, 2005).

O autor indica 16 fases para pensarmos o jornalismo investigativo, numa espécie de “caminho das pedras” que parte “de cada nuance dos fatos, feita com olhos e sentidos críticos – predicado da boa prática de reportagem. Um quê de detetive” (FORTES, 2005, p. 35). Ele recomenda: “Uma boa investigação é demorada e recheada de documentos, dados, estatísticas, legislações e códigos de onde se tira o extrato necessário para a notícia. Muitas vezes a notícia sai do cruzamento dos dados” (FORTES, 2005, p. 36). Mas, ele pondera quanto ao conhecimento específico de investigação policial:

Não significa manter em casa um laboratório de análise papiloscópica, nem um kit com lupa, algemas e pistola. Mas, é de grande valia entender alguma coisa sobre investigação policial, seleção de pistas, análise de provas e indícios. Atentar para as informações oficiais e àquelas que você irá coletar durante a apuração (FORTES, 2005, p. 38).

Por fim, Fortes (2005) sugere que, a despeito de todas as técnicas possíveis (imersão, disfarce, infiltração, construção de relacionamento diretos com as fontes primárias), que do ponto de vista ético o/a jornalista não perca de vista o leitor, que para ele é a razão de tudo: “Toda investigação levada a cabo por um repórter deve ter como fundamento o interesse coletivo, a ética humana, a preservação da democracia e todas essas coisas bonitas que fazem da profissão motivo de orgulho para quem a exerce com paixão e destemor” (FORTES, 2005, p. 42).

Por fim, esta unidade programática foi planejada para dar conta de seminários baseados em livros de jornalistas investigativos. Dentre outros, selecionamos: Caco Barcellos (“Abusado: o dono do morro Dona Marta” e “Rota 66: a história da polícia que mata”), Daniela Arbex (“Holocausto brasileiro” e “Cova 312”), Antonio Salas (“O ano em que trafiquei mulheres” e o “Diário de um Skinhead”), Klester Cavalcanti (“O nome da morte” e “Viúvas da terra”), Roberto Saviano (“Gomorra” e “Zero, Zero, Zero”), Rubens Valente (“Operação banqueiro”), Petra Reski (“Máfia: padrinhos, pizzarias e falsos padres”), Hannes Rastam (“O caso Thomas Quick: a invenção de um assassino em série”), Frederico Vasconcelos (“Juizes no banco dos réus”) e Isabel Fonseca (“Enterrem-me em pé: a longa viagem dos ciganos”) – dentre outros. O foco dos seminários foi justamente observar a metodologia da reportagem investigativa, em cada autor e autora.

Adensam-se ao conhecimento acessado das fontes (referências, no geral), mais quatro momentos dessa caminhada: duas palestras com jornalistas investigativos (Daniela Arbex, da Tribuna de Minas, por skype; e, Diogo Vargas, do Diário Catarinense, presencialmente); uma videoconferência sobre Jornalismo Guiado por Dados com o pesquisador e professor Marcelo Träsel (UFRGS), e um minicurso de Jornalismo de Dados (4h/aula), ministrado pelo jornalista Marcelo Soares, professor da ESPM-São Paulo.

Arbex centrou sua palestra na metodologia da reportagem “Holocausto brasileiro”, uma pauta que se transformou em livro e documentário de TV, tal o alcance e a profundidade do conhecimento jornalístico produzido por ela. À ampla pesquisa documental (dados do Hospital Colônia, em Barbacena/MG e bancos de imagens em arquivos de profissionais dos pacientes que ali foram jogados à própria sorte), Daniela Arbex ouviu algumas dezenas de fontes (ex-funcionários do hospital psiquiátrico, familiares, pesquisadores de universidades federais e sobreviventes).

O jornalista investigativo Diogo Vargas (Diário Catarinense, Florianópolis/SC), especializado em cobrir a área de segurança pública, destacou em sua metodologia de reportagem a combinação de vários elementos: pesquisa documental, hoje facilitada pelas ferramentas de busca no site do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ/SC), por exemplo, com as fontes primárias de dados (advogados, moradores das comunidades empobrecidas, servidores da área de segurança pública etc.). Para Vargas, o sigilo judicial se apresenta como

um grande obstáculo à apuração, nos casos que envolvem crime organizado e a guerra entre facções do tráfico de drogas – como é o caso do Primeiro Grupo da Capital (PGC), criado por inspiração do Primeiro Comando da Capital (PCC).

Por fim, os conteúdos que envolvem o Jornalismo Guiado por Dados (JGD), apresentados pelos professores Marcelo Träsel (UFRGS) e Marcelo Soares (ESPM-SP), ofereceram aos alunos uma ampliação dos instrumentos de produção e apuração do conhecimento jornalístico na área de abrangência do Jornalismo Investigativo.

Träsel destacou o conceito contemporâneo – “aplicação de técnicas da informática e das ciências sociais na produção de narrativas jornalísticas, com o objetivo de ampliar a função da imprensa como defensora do interesse público” – e indicou um conjunto de ferramentas digitais para apuração investigativa das quais destacamos:

a) Cryptocat (<https://crypto.cat/>): Aplicativo de chat no qual a comunicação é criptografada. Útil para garantir a segurança de fontes (e a sua!);

b) Panda (<http://pandaproject.net/>): Sistema de banco de dados que exige um pouco mais de habilidade em informática. Pode ser instalado em servidores próprios e atende a uma redação inteira;

c) Google Docs (<http://drive.google.com/>): Oferece um aplicativo de planilha de cálculo gratuito, que pode ser útil na análise de dados. Além disso, pode-se criar formulários para coletar informações da audiência, que são armazenadas numa planilha. O jornal londrino The Guardian ((<http://bit.ly/2sR5UHC>) usou este recurso para conhecer melhor os manifestantes que depredaram um bairro de Londres, em 2011;

d) DocumentCloud (<http://www.documentcloud.org/>): Permite fazer o upload de documentos, que depois podem ser anotados, comentados, publicados e compartilhados. Transforma PDFs em texto simples, mas esse recurso só funciona bem em inglês;

e) ScraperWiki (<https://scraperwiki.com/>): Comunidade de desenvolvedores dedicados a criar códigos para “raspagem” de dados de páginas da Web. Pode-se fazer pedidos de códigos para páginas específicas. No Brasil, a Transparência Hacker (<http://thacker.com.br/>) pode realizar esse tipo de colaboração;

f) Tabula (<https://github.com/jazzido/tabula>): Ferramenta open source para extração de tabelas incorporadas a PDFs.

Para o jornalista e professor Marcelo Soares, ex-editor de Jornalismo de Dados da Folha de S. Paulo, que há mais de 20 anos pesquisa essa área, os recursos de investigação e imersão em robustos bancos de dados, a partir de fontes de informação disponíveis na rede e fora dela (neste caso, caberia ao jornalista a elaboração da planilha de dados), podem colocar o jornalismo investigativo em patamares cada vez mais qualificados e profundos. Soares costuma dizer que as planilhas são os novos “bloquinhos”, numa referência aos blocos de papel para anotação em tempos pré-digitais.

Citando Erin Shellman, estatístico e cientista de dados do Nordstrom Data Lab, Soares vai que dizer que “dados são o mundo fazendo barulhos para você”. A compreensão do conceito de dados leva ao melhor entendimento do que viria a ser, a seu juízo, o próprio jornalismo de dados. Nesse sentido, para o professor e jornalista, dados são pistas codificadas de elementos da realidade – que são codificadas por alguém, com algum critério, para alguma finalidade.

Soares pondera, contudo, que isso implica alguma simplificação da realidade. Ou seja, é preciso sempre complementar o trabalho de apuração e investigação jornalística, numa mirada metodológica que faça convergir métodos de apuração online com os tradicionais (pesquisa documental, entrevistas em profundidade, técnicas de disfarce, infiltração e imersão etc.). A regra geral da apuração no JGD é a revelação de padrões ocultos, à primeira vista e sem entrevistar esses dados organizados em formato de uma planilha e devidamente classificados para este fim (fontes). Em última análise, para Soares, JGD é “jornalismo usando dados como fontes primárias, públicos ou proprietários, que funciona como no jornalismo tradicional: você apura, edita e formata para o público”.

3ª Unidade - Reflexão crítica sobre o tema (produção cinematográfica): Resenha crítica de filmes e documentários sobre investigação jornalística; apresentação de seminários sobre livros-reportagens publicados (autores diversos). No primeiro caso, neste semestre, exibimos o filme "Spotlight: segredos revelados" (2015), de Thomas McCarthy, e o documentário “Attacking the Devil” (2014), de David Morris. Nos dois casos, o foco foi observar e descrever a metodologia da reportagem investigativa (técnicas, caminhos e descaminhos, impasses, sacadas etc.). Os estudantes produziram resenhas, por escrito, baseado nas duas produções.

4ª Unidade - Produção de uma reportagem investigativa: Produção de uma reportagem (individual ou em dupla) de caráter investigativo. Nesta dimensão programática, os estudantes foram desafiados a colocar a mão na massa e produzir, da pauta à edição final, uma reportagem investigativa.

Para dar mais concretude ao exercício, buscamos uma parceria com o Coletivo Maruim (<http://maruim.org/>), organização de jornalismo independente, sem fins de lucro, que reúne jovens jornalistas de Florianópolis.

As pautas estão sendo apuradas e investigadas e, no geral, tratam de temas bastante diversos e de relevante interesse público tais como:

a) Assédio moral: investigação desse fenômeno na UFSC (focado na relação entre técnicos-administrativos e gestores);

b) Suicídio ou homicídio?: a morte da jovem Maiara Felisbino dos Anjos, encontrada morta, na Ponte de Baixo (São José, SC), em novembro de 2016, supostamente vítima de suicídio;

c) O cotidiano das clínicas de tratamento de usuários e dependentes químicos: Há denúncias de abusos, tortura e corrupção envolvendo as organizações (clínicas) que tratam de dependentes químicos, na região de Florianópolis;

d) O caso dos restos mortais removidos em cemitérios, à revelia das famílias: há um processo judicial, com ganho de causa envolvendo a questão (que foi o ponto de partida da pauta);

e) O uso do silicone industrial para implantes feitos em clínicas clandestinas: impactos à saúde e riscos de vida;

f) Promotor do MPSC atua contra casamentos homoafetivos, em Floripa: o promotor Henrique Limongi, do Ministério Público catarinense vem recomendando aos juízes que não acolham os pedidos de casamentos homoafetivos e troca de nome civil. São vários casos já registrados nos últimos anos, o que levou Limongi a responder por ação administrativa no âmbito do CNMP;

g) O MBL chega ao poder com Gean Loureiro, na prefeitura de Floripa: o grupo anti-Dilma agora tem vereador na Câmara de Floripa (Bruno Souza, do PSB) e ocupa cargos

no governo municipal. O foco é investigar essas novas/velhas relações de poder tão fortemente denunciadas pela organização há bem pouco tempo atrás...;

h) O lucrativo negócio das igrejas no Brasil: quais as facilidades para abrir uma igreja e começar a faturar, com isenção total de impostos? A resposta a esta e outras perguntas revelam o lado oculto desta realidade menos morta na capital catarinense (uma fotografia do que rola no país).

As reportagens têm como deadline o dia 5 de julho e poderão ser publicadas no site do Coletivo Marumim, a critério dos editores daquela organização.

Esse conteúdo programático foi desenvolvido com base numa metodologia de ensino que combinou aulas expositivas e dialogadas, estudo de textos e produções audiovisuais sobre jornalismo investigativo, com apreensões individuais e coletivas dos assuntos estudados em sala de aula. A participação de palestrantes (por Skype e presencial) e a realização do minicurso de Jornalismo Guiado por Dados (presencial, 4h/aula) foram valiosas para lapidar os conteúdos que se referem tanto à metodologia da reportagem investigativa quanto, de forma especial, às noções básicas de JGD – funções como classificação de dados ($A \rightarrow Z$ ou de $Z \rightarrow A$), filtros, uso de fórmulas (que permitem testar condições para confirmar ou infirmar hipóteses de pauta), parâmetros estatísticos (média, mediana e desvio padrão), auto filtro e, por fim, o uso de tabelas dinâmicas (para resumo e cruzamento de dados).

A reflexão mais geral sobre metodologia da reportagem investigativa oferecida por estes autores é bastante promissora para começarmos a sistematizar um conhecimento mais consistente a respeito da questão.

4. Considerações Finais

O ponto de partida pedagógico contempla um debate preliminar muito importante que procura dar conta das definições de jornalismo investigativo disponíveis na literatura específica. Afinal é possível ou não ensinar jornalismo investigativo nas universidades? Ou isso ficaria restrito àqueles/as profissionais detentores de um “dom” especial?

Nesta perspectiva, espera-se alcançar como resultado uma síntese geral das noções sobre a metodologia da reportagem investigativa, ou seja, aferir de que modo conhecidos e

reconhecidos repórteres investigativos pensam e/ou refletem sobre suas próprias opções técnicas e empíricas para empreender uma investigação jornalística. E refletir sobre as práticas consagradas de investigação jornalística, do ponto de vista metodológico, pressupõe um olhar epistemológico.

Por exemplo, ao longo dessa experiência, que remonta o período de 2011 a 2013, quando trabalhei com a disciplina aqui no Jornalismo da UFSC, uma das unidades previa a presença de investigadores públicos (Polícia Civil e Federal) para compartilhar casos de investigação criminal já encerrados e, portanto, não mais submetidos a sigilo. O exame das técnicas de investigação policial (no âmbito das duas corporações) pode render bons frutos como referência à discussão e reflexão das técnicas autônomas e exclusivas de investigação do jornalismo.

Os casos apresentados em sala de aula foram de investigações sobre sequestros, tráfico de drogas e outros “causos” envolvendo organizações criminosas que atuam em Santa Catarina. As fontes mobilizadas da Polícia Civil apresentaram exemplos das unidades antissequestro e tráfico de drogas. No caso da Polícia Federal, as técnicas de disfarce e infiltração para investigar, produzir provas e combater as organizações criminosas que atuam no tráfico de drogas na região Sul.

A realização dos seminários, que tiveram como ponto de partida as obras de jornalistas investigativos, também se revelaram excelente recurso pedagógico. Mais que resenhas ou resumos das obras, cada apresentação acabou provando intensos debates. Alunos e alunas foram orientados a focar na metodologia da reportagem desenvolvida pelos/as autores e autoras. Sob este aspecto, parece bastante evidente que não há “receitas de bolo”, nem técnicas universais, aplicáveis em qualquer caso ou pauta, mas, um sem-número de técnicas de investigação jornalísticas que podem ser aplicadas e adequadas às pautas, de acordo com sua natureza, contexto sócio-político, culturas e possibilidades concretas de se investigar em campo.

Resgatamos, por fim, o conceito de jornalismo investigativo em Nascimento (2010, p. 22) – a de que o gênero só existe quando “há investigação e quando quem investiga é o próprio jornalista” – no sentido de reforçar a importância capital da autonomia profissional,

do ponto de vista político, técnico e ideológico, na produção e apuração de pautas investigativas.

A “muleta” do jornalismo sobre investigações, para usar uma expressão de Nascimento (2010) se presta mais aos jogos de poder circunstanciais e de conveniência, contudo a longo prazo opera contra o interesse público e, em última análise, contribui para diminuir a importância social, histórica, política e cultura do jornalismo como forma de conhecimento.

O jornalismo investigativo pode, sim, ser objeto de um processo de ensino-aprendizagem nos cursos de formação de profissionais nas universidades públicas ou de caráter privado. Para além de técnicas de investigação jornalística, consagradas em produções de cinema e vídeo, é condição *sine qua non* uma reflexão, com os jovens jornalistas sobre o potencial deste gênero. Nesse sentido, é importante que resgatemos a ponderação feita por Waisbord *apud* Nascimento (2010) quanto aos problemas verificados historicamente na prática do jornalismo investigativo, na escola estadunidense e latino-americana. Há pelo menos três problemas indicados por Waisbord. Este tipo de jornalismo

se interessa muito mais pelas irregularidades de autoridades institucionais que as de empresários, até para não incomodar anunciantes; não demonstra muito interesse pela denúncia de problemas sociais, tão abundantes na América do Sul; e prefere apontar as falhas dos indivíduos mais do que as dos sistemas (WAISBORD *apud* NASCIMENTO, 2010, p. 51).

Os processos de ensino-aprendizagem em jornalismo investigativo, a partir da formação de jovens jornalistas, podem contribuir para lapidar e apurar este olhar sobre as pautas que merecem o esforço investigativo por encerrarem inequívoco interesse público. Uma mirada pedagógica que parta dos conceitos e teorias sobre o jornalismo como forma social de conhecimento e do jornalismo investigativo, como um gênero nobre de reportagem porque resulta num conhecimento diferenciado, em geral fecundo e vertical, pode ser combinado com o estudo da metodologia da reportagem investigativa – visto pelas experiências (palestras presenciais e/ou por meios virtuais), livrorreportagens e minicursos de Jornalismo Guiado por Dados.



Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo

IV Seminário de Pesquisa em Jornalismo Investigativo
Universidade Anhembi-Morumbi, 29 de junho a 1º de julho de 2017

Em última análise, esta experiência nos auxilia a responder à questão levantada pela eminente jornalista Elvira Lobato: sim, o jornalismo investigativo pode (e deve) ser objeto de processos de ensino-aprendizagem nos cursos superiores de jornalismo.

Referências

- ALBERTI, James. **Um pouco de sol para o Paraná**. In Reportagem, pesquisa e investigação. CHRISTOFOLETTI, Rogério; LIMA, Samuel. Florianópolis: Insular, 2012.
- ARBEX, Daniela. **Métodos de pesquisa e investigação**. In CHRISFOTOLETTI, Rogério; LIMA, Samuel (Orgs). Reportagem, pesquisa e investigação. Florianópolis: Insular, 2012.
- CHRISFOTOLETTI, Rogério; LIMA, Samuel (Orgs). **Reportagem, pesquisa e investigação**. Florianópolis: Insular, 2012.
- FORTES, Leandro. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Contexto, 2005.
- KOVACH, Bill; ROSENSTIEL, Tom. **Os elementos do jornalismo: o que os jornalistas devem saber e o público exigir**. São Paulo: Geração, 2003.
- LOPES, Dirceu Fernandes; PROENÇA, José Luiz. **Jornalismo investigativo**. São Paulo: Publisher Brasil, 2003.
- NASCIMENTO, Solano. **Os novos escribas: o fenômeno do jornalismo sobre investigações no Brasil**. Porto Alegre: Arquipélago, 2010.
- NUNES, Angelina. **Jornalismo, o prazer do ofício**. In CHRISFOTOLETTI, Rogério; KARAM, Francisco José (Orgs). **Jornalismo Investigativo e Pesquisa Científica**. Florianópolis: Insular, 2011.
- OBSERVATÓRIO DA IMPRENSA NA TV. **Jornalismo investigativo**. Disponível em <http://bit.ly/2u3baHz>, acessado em 25 de junho de 2017.
- SEQUEIRA, Cleofe Monteiro. **Jornalismo investigativo: o fato por trás da notícia**. São Paulo: Summus, 2005.
- VASCONCELOS, Frederico. **Anatomia da Reportagem**. São Paulo: Publifolha, 2008.